

KAMILA BOSSATO FERNANDES

kamila.fernandes@gmail.com

UNIVERSIDADE DO MINHO, PORTUGAL

DO JORNALISMO PROFISSIONAL AO ALTERNATIVO: APONTAMENTOS SOBRE OS VALORES QUE ORIENTAM A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO

RESUMO

Com o acesso facilitado aos dispositivos de produção e circulação midiáticos, inúmeros grupos de jornalismo alternativo têm sido criados no ambiente digital, com uma proposta de dar voz a setores da sociedade e sujeitos que, alegam, normalmente não são ouvidos pelo jornalismo do *mainstream*. Neste trabalho, proponho uma reflexão sobre o contexto em que se insere a produção do jornalismo alternativo contemporâneo, tanto a partir dos conceitos que o envolvem como por meio de alguns dos problemas que se impõem à discussão. Uma dessas definições é a de jornalismo, que será revista sob uma perspectiva histórica e deontológica, para que se possa compreender seu processo de formação e suas transformações sociais. Até chegar ao contexto atual do jornalismo em crise, situação que se dá não de modo isolado, mas em meio a uma crise do próprio sistema democrático. Neste contexto, o acesso facilitado ao ambiente midiático também surge como oportunidade para novas formas de engajamento político e participação cidadã, o que, por sua vez, parece servir como uma oportunidade de se “regenerar” não só a democracia, mas também o jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo; jornalismo alternativo; *ethos* jornalístico; engajamento político

O jornalismo está em crise. Em plena sociedade em rede (Castells, 2005) ou midiaticizada (Fausto Neto, 2008; Miége, 2009; Verón, 2014), redações de jornais impressos fecham ou são reduzidas a um número mínimo de repórteres necessários para alimentar sites. A antiga audiência, antes obrigada a escolher entre quatro ou cinco meios de comunicação para se informar, agora se tornou público e ao mesmo tempo produtor de

conteúdo, tendo à disposição um grande número de canais midiáticos por meio dos quais pode se informar, compartilhar o que pensa ou apenas se divertir, e isso a partir de um prisma quase infinito de segmentos, acessados de acordo com seus interesses. Mais do que produzir, este público passou a intervir na curadoria das notícias (Bruns, 2011), opinando sobre o que deve ser lido por suas redes digitais, que passaram a ser um dos principais espaços de circulação das mensagens midiáticas. Sob forte pressão (Lopes, 2015), o jornalismo difundido pelos meios de comunicação tradicionais ainda se mantém como uma importante fonte de informação. Porém, a informação difundida, além de alcançar um público cada vez mais fragmentado, agora é questionada por todos os lados, inclusive por indivíduos que se destacam nas redes digitais ao aglomerar seguidores e servir como formadores de opinião.

A tudo isso, soma-se uma incerteza sobre de que forma os próprios meios digitais se tornarão economicamente sustentáveis (Anderson, Bell, & Shirky, 2013) em um ambiente midiático que tem tendência ao livre acesso e ao compartilhamento (Castells, 2003). No campo da comunicação, as incertezas sobre como se manter financeiramente sustentável parecem não ter fim no meio digital, e não é incomum ver movimentos absolutamente antagônicos, em que certos grupos de mídia decidem apostar todas as fichas na internet, enquanto outros se apegam ainda ao meio impresso e à mídia eletrônica tradicional como principais formas de sobrevivência.

Diante de tudo isso, não há como deixar de pensar que o cenário atual do jornalismo é de grande ameaça, como é percebido pelos próprios jornalistas (MacGregor et al., 2011). Contudo, estabelecem-se também oportunidades, que podem ser construídas por caminhos muito diversos. Entre esses caminhos para uma “regeneração do jornalismo” (Harlow & Salaverría, 2016) está o que se convencionou chamar de jornalismo alternativo. E é este meu objeto de estudo no projeto de Doutorado em Estudos de Comunicação.

Como forma de iniciar os estudos neste campo complexo, proponho, neste trabalho, fazer uma reflexão sobre o contexto em que se insere a produção do jornalismo alternativo contemporâneo, tanto a partir dos conceitos que envolvem tal objeto como por meio dos problemas que se impõem à discussão. É o que farei ao revisitar certas definições-chave e problematizar o objeto. Uma dessas definições é a de jornalismo, que deve ser revista sob uma perspectiva histórica e deontológica para que se possa compreender o processo de sua formação e suas transformações sociais. Para assim chegar ao contexto atual, em que o jornalismo vivencia uma

crise justamente no momento em que a mídia, mais do que nunca, surge no centro das rotinas de cada indivíduo (Sodré, 2014), reformulando até as mais simples ações de sociabilidade e induzindo a novas possibilidades de participação e práticas cidadãs (Dahlgren, 2009). O que leva ao jornalismo alternativo digital, que será discutido tanto a partir de uma revisão bibliográfica para se compreender o que já foi produzido no campo, como também a partir de exemplos.

JORNALISMO: PRÁTICA SOCIAL EM CONSTRUÇÃO

Assim que chegamos aos cursos de licenciatura ou bacharelado em jornalismo, logo aprendemos que esta é uma prática socialmente legitimada para servir de “olhos” dos cidadãos em relação ao poder estabelecido, uma espécie de “cão de guarda” da esfera pública, que deve seguir certas regras para se manter autorizado a mediar os acontecimentos entre os detentores do poder e os cidadãos. Afinal, por mais variações que possamos encontrar, na base da prática jornalística está a difusão de informação de um ponto a outro (Sodré, 2014), de modo a tornar eventos tidos como relevantes visíveis ao público para a discussão em meio social. Com tal intuito, tal produção precisa ser crível e confiável, e logo aprendemos que o jornalista deve respeitar certos valores inquestionáveis que denotam o seu profissionalismo, guiado sobretudo pelos ideais da “objetividade”, fundamentais para se ter clareza ao aplicar os valores-notícia que fornecem uma aura de universalidade à produção de informação.

Mas, e quando nos deparamos com jornalistas que adotam um discurso contrário a este e que pregam a parcialidade, ao alegar que é necessário defender indivíduos e grupos que normalmente são subjugados pelo poder público? O que pensar de informações que claramente favorecem certas falas em oposição a outras, sob a justificativa de que tais vozes são deliberadamente ignoradas pelos meios de comunicação tradicionais? É possível considerar este tipo de prática uma forma de fazer jornalismo?

O jornalismo que conhecemos e praticamos hoje na maioria dos meios de comunicação, com *lead*, pirâmide invertida, e guiado por valores-notícia tidos como “universais”, não surgiu desta forma. Era entranhado de opinião, subjetividades, claramente em defesa de um certo lado contra outro. Buscava-se comunicar, difundir informações, mas não havia uma separação clara em relação a outros gêneros textuais. O que não significava que a imprensa servia o poder estabelecido. Pelo contrário, muitos jornais atuavam em oposição ao *status quo* da época, com oposição à Igreja

e à monarquia (Atton & Hamilton, 2008), e sendo perseguidos em muitos momentos (McQuail, 2010). A mudança do jornalismo se deu no contexto da profissionalização do setor, com a ascensão da burguesia como forma cultural hegemônica (Atton & Hamilton, 2008, pp. 13-15). Como mostra Traquina (2012), este processo de profissionalização se efetivou tanto pelo viés comercial, em que a notícia passou a ser um produto à venda, como ideológico, fazendo com que a mídia passasse a ser vista como guardião da democracia.

A mudança se efetivou no início do século XX, com o estabelecimento da objetividade como método da produção de notícias. Traquina (2012, p. 139) considera que este conceito não significa uma mera oposição à ideia de subjetividade, mas sim uma série de procedimentos utilizados para assegurar a credibilidade do trabalho realizado e autolegitimar a prática. Tais procedimentos incluem, como enumerado por Tuchman (citado em Traquina, 2012, pp. 140-141): apresentação de possibilidades conflituosas, com os “dois lados da questão”; apresentação de provas auxiliares que conferem verossimilhança ao relato; uso judicioso de aspas, o que leva ao desaparecimento da presença do repórter; e estruturação da informação numa sequência apropriada, estabelecendo-se o *lead*, primeiro parágrafo em que são respondidas cinco questões básicas relativas ao fato (quem/o quê, como, onde, quando e por quê). O conceito de objetividade jornalística tem sido bastante questionado pelos estudos em jornalismo, sobretudo em oposição à ideia de subjetividade (Genro Filho, 1987), mas é um dos valores mais citados entre jornalistas ao definir o seu trabalho (Sponholz, 2003) e pelas próprias empresas de comunicação como forma de autolegitimar a sua existência. Contudo, trata-se de um dos principais aspectos aos quais o jornalismo alternativo busca se opor, a partir da adoção de critérios diferenciados para estabelecer valores-notícia (Atton, 2011).

Por essa linha de pensamento, mais do que meras ferramentas de trabalho, tais princípios acabaram por ser incorporados ao *ethos* do jornalista, o qual, para Sousa (2002, p. 12), se refere a ideais que acabam por estar indiciados nas notícias, entre eles “coragem para reportar mesmo em situações de perigo (...), vontade de separar desejos e ideais pessoais da atuação profissional”, entre outros elementos relacionados à força ideológica que atua na formatação da notícia. Traquina (2012, p. 129) percebe que a difusão deste *ethos* extrapola as páginas dos jornais, constituindo um verdadeiro mito.

Deuze (2005, p. 447) considera que a literatura que trata da ideologia do jornalista acaba por reforçar cinco valores ou traços que podem ser

considerados tipo-ideais: 1) que os jornalistas provêm um serviço público relevante; 2) que são imparciais, neutros, objetivos, confiáveis e credíveis; 3) são autônomos, livres e independentes em seu trabalho; 4) têm senso de imediatismo, atualidade e velocidade; 5) têm forte senso de ética, validação e legitimidade. O autor, contudo, tem uma visão crítica em relação à forma nostálgica como muitos pesquisadores do campo se referem às práticas jornalísticas ideais, já que, para ele, a ideologia não é apenas um processo que modela certos grupos a partir de determinados valores compartilhados por seus integrantes, mas “um processo pelo qual outras ideias e visões são excluídas ou marginalizadas” (Deuze, 2005, p. 445), e tais exclusões e outras diferenciações normalmente não são levadas em conta nos estudos comunicacionais.

A visão de prática jornalística moldada a partir de uma concepção burguesa acabou por prevalecer também na academia, com o desenvolvimento das teorias do jornalismo, determinando uma deontologia da profissão, que também funciona no sentido de reafirmar os valores do jornalismo profissional hegemônico. Os códigos de ética profissional dos mais diversos locais de atuação trazem em suma a mesma mensagem: o jornalista deve atuar com responsabilidade social, cumprindo uma função pública relevante, de levar aos cidadãos informações captadas do modo mais detalhado, amplo e acurado possível, devendo ouvir as diferentes e divergentes vozes sobre o fato, agir com honestidade e preservando ao máximo a liberdade de expressão e de imprensa.

Tanto os códigos deontológicos como estudos acadêmicos no campo do jornalismo explicitam e reforçam certos deveres profissionais que excluem outras práticas possíveis. Entre elas está o envolvimento deliberado com certas causas sociais, como forma não só de produção de informação, mas de ação cívica (Dahlgren, 2009), atitude assumida como prioridade por inúmeros grupos de jornalismo alternativo na atualidade. Ora, o jornalismo, assim como qualquer outra ação social, está inserido em um contexto bem mais amplo, o qual vivencia uma forte transformação na própria cultura comunicacional, a partir da incorporação dos novos dispositivos midiáticos às mais diversas vivências sociais (Sodré, 2014). O que leva a uma necessária revisão dos valores do jornalismo. No mesmo sentido, Zelizer (2014) afirma ser necessária uma aproximação entre profissionais do jornalismo, da pesquisa e do ensino, de modo a colocar em discussão não só um novo fazer jornalístico, mas para trabalhar com as diferenças. Renovar o olhar sobre as práticas jornalísticas é necessário ainda para melhor compreender o contexto de crise pelo qual passa a produção jornalística tradicional.

JORNALISMO TRADICIONAL E A CRISE DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

O advento dos novos meios de comunicação via web no final do século XX coincidiu com o início de uma grave crise do jornalismo tradicional, que se materializa tanto em perda de credibilidade como de audiência. A fuga de audiência se deu tanto para outras emissoras de TV, como para canais a cabo, bem como para outras telas. Com os jornais impressos, a crise tem sido mais evidente, com o encerramento de versões impressas ou a diminuição da sua circulação, para priorizar a versão online. Em proporções ainda mais evidentes, houve claras mudanças no interesse pelo consumo do jornalismo, especialmente entre os mais jovens.

As mudanças na audiência geraram impactos concretos nas finanças dos meios de comunicação. Como constatam Anderson et al. (2013), já se tornou evidente que não há como os meios digitais se manterem financiados pela publicidade. O que se explica tanto pela fragmentação do campo midiático, como pelo deslocamento do consumo para as redes sociais digitais, que passaram a concentrar grande parte da distribuição das notícias pela Internet. Sem publicidade, os meios também não tiveram êxito com a cobrança por assinatura. Como resultado, as empresas buscam enxugar custos, tornando as redações ainda mais esvaziadas, e a produção jornalística ainda mais precária. O que não significa, para os autores, o fim do jornalismo ou a perda da sua relevância. Para eles, surgem oportunidades que precisam de ser aproveitadas.

A crise do jornalismo acontece simultaneamente a uma forte e abrangente crise das representações políticas democráticas (Dahlgren, 2013), materializada de modo mais evidente a partir das manifestações que se alastraram por Oriente Médio, África, Europa e América Latina desde 2010 (Castells, 2012). O que, em grande medida, assombrou a política tradicional e a própria mídia, diante da ideia pré-concebida de que havia uma forte desmobilização popular em relação à participação política, em uma aparente apatia substituída, em grande medida, pela magia dos diferentes ecrãs e suas envolventes narrativas. Tal distanciamento da política partidária foi compreendido por Hay (citado em Dahlgren, 2013, p. 13) como um efeito da falta de confiança e legitimidade das instituições políticas causadas por pelo menos três percepções básicas: a de que as elites políticas subvertem o interesse coletivo em nome de interesses próprios ou partidários; a de que os interesses corporativos determinam as ações das elites políticas; e que o governo é ineficiente no uso dos recursos públicos.

Tal constatação não significa, porém, que se abdique do direito de participar da vida cívica. Pelo contrário, segundo Dahlgren (2013, p. 14), ao

mesmo tempo em que se percebe um distanciamento e até uma rejeição do público em relação à política tradicional, o que Rosanvallon (2008) chama de apolítica, nota-se também um aumento da participação extrapartidária e extraparlamentar, num movimento de contra-democracia que se estabelece a partir de práticas democráticas alternativas, mas que mantém como objetivo central gerar transformações sociais benéficas, amplas e coletivas. O que se dá, como conclui Rosanvallon (2008), a partir de três dinâmicas (as quais, por sua vez, tomam diferentes formas): fiscalização ou vigilância do poder público pelos cidadãos; prevenção e intervenção, o que se dá por meio de mobilização para determinados fins; e o uso da justiça para a reparação de abusos das autoridades contra os cidadãos. Como não poderia deixar de ser, muitas destas práticas alternativas se efetivam na e pela mídia, tanto ao disponibilizar dados, como no papel de ferramenta de difusão de opinião (Dahlgren, 2009, p. 20). Nesse contexto, tornam-se fundamentais dois conceitos que normalmente são usados como sinônimo, mas que Dahlgren (2009) diferencia: engajamento político e participação. Para o autor, engajamento se refere a um estado subjetivo de mobilização em relação a determinado objeto, uma pré-condição para a participação, esta sim definida por ações factíveis, voltadas a gerar transformações sociais.

JORNALISMO ALTERNATIVO: OUTRA PRÁTICA EM CONSTRUÇÃO

O jornalismo alternativo, como prática informativa engajada politicamente em certas causas sociais, não é algo novo. A novidade é a forma como este meio pode se difundir e as ferramentas usadas para isso, com uso de técnicas antes restritas à radiodifusão e, conseqüentemente, aos grandes conglomerados empresariais, agora disponíveis a baixo custo. Com a internet, mesmo os pequenos grupos de jornalismo subfinanciados podem ultrapassar fronteiras geográficas e linguísticas e levar seus conteúdos a ser consumidos e compartilhados indefinidamente, com efeitos potencialmente tão grandes quanto os propiciados pela grande mídia.

Como se trata de uma prática bastante heterogênea e em construção, apesar de não ser uma novidade, a produção do jornalismo alternativo inaugurou um campo de estudos mais consistente nas últimas duas décadas. Por causa disso, sequer existem definições claras e unânimes sobre tal prática. Como detalham Harlow e Salaverría (2016, p. 3), ao falar sobre este tipo de produção midiática, pesquisadores se referem a mídia radical (Downing, 2001), mídia comunitária, mídia dos *grassroots*, mídia participativa, e mídia ativista, em um esforço para se afastar da definição

de alternativo simplesmente como não-*mainstream*. E nessas definições, cabem tanto produções amadoras, como as estritamente produzidas por jornalistas, bem como iniciativas com caráter comercial e outras que rejeitam este tipo de financiamento. Também não há consenso sobre o caráter ideológico desta mídia: enquanto Atton (2002) admite que sob o rótulo de mídia alternativa pode se identificar tanto com grupos de viés político à esquerda como à direita, desde que representem setores que não têm visibilidade nos meios tradicionais, para Downing (2001), a mídia alternativa é “radical”, opositorista, e interdependente dos movimentos sociais.

Como não há consenso sobre o que é este jornalismo alternativo, vale reforçar o que ele não é. Assim, falar de jornalismo alternativo não significa falar de um gênero específico desta prática comunicacional. Como alertam Atton e Hamilton (2008, p. 9), não se trata de “um tipo universal de jornalismo, mas de um esforço sempre em mudança para responder criticamente aos conceitos dominantes de jornalismo”. Já Forde (2011) recorre à ideia de responsabilidade social como base para a produção alternativa. Ela enumera, entre as características deste tipo de jornalismo: a) que os jornalistas, profissionais ou não, sejam orientados a produzir notícias que o público precisa saber e que aprimorem a democracia; b) que as comunidades que mantenham organizações de mídia alternativa deem acesso às notícias locais e permitam que pessoas comuns sejam treinadas para a produção jornalística; c) que as organizações de mídia alternativa, mesmo as comerciais, priorizem os assuntos de interesse público, e nunca os imperativos comerciais; d) que existam jornalistas envolvidos com as atividades e os interesses da comunidade ou organizações políticas e/ou culturais.

Harlow (2015, p. 1124), por sua vez, assume como pressuposto que, para ser considerado alternativo, o meio de comunicação deve ser “um espaço democrático e independente, com conteúdo radical e crítico, produzido em um processo anticapitalista, o qual visa uma mudança política e social progressiva”, visão normalmente associada com movimentos sociais, dissidentes, contracultura, anarquistas, mídia étnica, mídia comunitária e imprensa subterrânea. Peruzzo (2008) também considera que o interesse dos meios alternativos, de “interferir nos sistemas geradores e mantenedores da desigualdade”, é determinante para defini-los como tal, o que se associa, mais recentemente, às possibilidades de inovação propiciadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Harcup (2005) também enfatiza a motivação do jornalismo alternativo em “mudar o mundo” ao trazer à tona “outras vozes”, dos que normalmente não têm voz na mídia tradicional. Ele constata que muitas das iniciativas têm curta duração, até

mesmo pelo subfinanciamento, e que não conseguem alcançar grandes audiências, mas que isso não reduz sua relevância, já que, ao se empenhar em dar pluralidade à esfera pública midiática, tais produções contribuem para o desenvolvimento da democracia.

Como exemplo, podemos falar do cenário do jornalismo alternativo digital no Brasil. A partir de um levantamento prévio e ainda superficial do Mapa do Jornalismo Independente produzido pela Agência Pública, divulgado em março de 2016, em que são listados 74 grupos, é possível perceber, por exemplo, uma enorme gama de temas trabalhados pelos diferentes grupos, que vão desde questões sobre direitos humanos, meio ambiente, política e economia nacional, feminismo, até aspectos relacionados a comportamento e cultura, como vivências adolescentes, arte e cultura alternativas, esportes.

A própria Agência Pública é um bom exemplo. O grupo, criado em 2011, mantém uma produção frequente de reportagens em profundidade e busca inovar nos formatos de produção, com propostas de séries de webdocumentário, como *É proibido falar em Angola*, trabalho composto por quatro vídeos publicizados pelo Facebook. O trabalho teve como foco a história de ativistas angolanos presos sob a acusação de planejar um golpe contra o governo de José Eduardo dos Santos, presidente do país desde 1979, e pela narrativa, conclui-se que há uma perseguição sistemática do Estado contra cidadãos que apenas querem falar o que pensam.

Outro exemplo é o coletivo Nigéria Audiovisual, criado em 2011 por quatro jornalistas que já tinham trabalhado em redações tradicionais. O grupo começou com a ideia de produzir vídeos sob encomenda de organizações não-governamentais e movimentos sociais, mas, com o tempo, passou a produzir reportagens sobre situações de injustiça social, como a desapropriação de favelas para a construção de grandes empreendimentos imobiliários, a ação violenta da polícia contra jovens negros que vivem nas periferias, ou a ação de resistência de certas comunidades contra remoções para obras da Copa do Mundo de 2014. O trabalho do grupo é feito em vídeos, difundidos pelo Facebook, e agora financiados com o apoio de editais públicos e de movimentos sociais.

Já o grupo Jornalistas Livres, criado em março de 2015, ganhou relevo ao cobrir em tempo real a ocupação de escolas públicas por estudantes que protestavam contra a reestruturação do ensino no Estado de São Paulo, o que levaria ao fechamento de muitas dessas escolas. O envolvimento do grupo com a causa dos estudantes foi tamanho que em uma das entrevistas coletivas do Governo do Estado (responsável pelas mudanças na

rede de ensino) sobre o assunto, em 4 de dezembro de 2015, a repórter do Jornalistas Livres foi expulsa sob a alegação de que, na verdade, era uma militante.

Os exemplos citados não alcançam públicos tão numerosos como os da televisão, chegando a circular entre alguns milhares de pessoas, que, em por sua vez, contribuem para difundir o conteúdo por meio de compartilhamentos. Contudo, não é necessariamente a quantidade de visualizações que torna tais iniciativas um fenômeno comunicacional relevante. Interessa analisá-las no bojo do campo midiático como um todo, como novos atores entre os produtores de informação, que acabam, em sua atuação, por influenciar todo o campo, seja com a incorporação de novos valores, seja com transformações na linguagem, seja ainda ao incluir fontes diferenciadas ao compor suas narrativas, tornando este campo potencialmente mais largo, mais abrangente e mais plural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o percurso feito neste artigo reforça a ideia do quanto o jornalismo alternativo ainda hoje é um campo pouco explorado nos estudos comunicacionais. Não por ser um fenômeno novo, já que o jornalismo nasceu engajado, politizado. Mas por ganhar impulso principalmente agora, em meio a todas as transformações sociais ensejadas pelo processo de mediação que vivenciamos nas últimas duas décadas. Não que esta prática venha a se tornar hegemônica no campo jornalístico-midiático, em substituição ao jornalismo tradicional. Mas de se estabelecer novos espaços para a difusão de informação e, portanto, de visibilidade midiática, em favor de grupos que nem sempre recebem a atenção dos média tradicionais.

Por outro lado, é importante perceber o que tais meios de comunicação ditos alternativos produzem, como produzem e que sentidos têm difundido. Tanto para ser possível criticá-los, como para apontar caminhos para tornar tais produções mais interessantes, abrangentes, plurais e, por que não, transformadoras.

Tudo isso no sentido de rediscutir o próprio jornalismo, como prática socialmente legitimada para servir de olhos da sociedade em relação aos acontecimentos de interesse público, o que parecia congelado sob o manto de valores universais inquestionáveis, mas muito criticados por sua má aplicabilidade. Afinal, valores como a ética profissional, a busca pelo equilíbrio, a necessidade de independência em relação ao objeto noticiado, a busca por ser o mais fidedigno possível aos acontecimentos, entre outros,

são referências relevantes para o desempenho da profissão. Contudo, a partir de práticas apaixonadas, engajadas, é possível perceber também outras potencialidades do jornalismo, ao superar a visão de que seria possível estabelecer um discurso universal, e reconhecer que as desigualdades sociais acabam também por se refletir nas páginas dos jornais, mesmo inconscientemente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, C. W., Bell, E. & Shirky, C. (2013). Jornalismo pós-industrial – adaptação aos novos tempos. *Revista de Jornalismo ESPM*, 2, 30-88.
- Atton, C. (2002). *Alternative media*. Londres: Sage.
- Atton, C. (2011). Alternative journalism. In J. D. H. Downing (Ed.), *Encyclopedia of social movement media*. Thousand Oaks, Londres, Nova Delhi: Sage.
- Atton, C. & Hamilton, J. F. (2008). *Alternative journalism*. Londres: Sage.
- Bruns, A. (2011). Gatekeeping, gatwatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o jornalismo. *Brazilian Journalism Research*, 7(2), 119-140. DOI: 10.25200/BJR.v7n2.2011.342
- Castells, M. (2003). *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Castells, M. (2005). A sociedade em rede: do conhecimento à política. In M. Castells & G. Cardoso (Eds.), *A sociedade em rede: do conhecimento à ação política* (pp. 17-30). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Castells, M. (2012). *Networks of outrage and hope: social movements in the internet age*. Cambridge: Polity Press.
- Dahlgren, P. (2009). *Media and political engagement. Citizens, communication and democracy*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Dahlgren, P. (2013). *The political web: media, participation and alternative democracy*. Londres e Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Deuze, M. (2005). What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. *Journalism*, 6(4), 442-464. DOI: 10.1177/1464884905056815
- Downing, J. (2001). *Radical media: rebellious communication and social movements*. Thousand Oaks, Londres, Nova Delhi: Sage.

- Fausto Neto, A. (2008). Fragmentos de uma “analítica” da midiaticização. *Matrizes*, 1(2), 89-105. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v1i2p89-105
- Forde, S. (2011). *Challenging the news: the journalism of alternative and community media*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Genro Filho, A. (1987). *O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Retirado de <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75390>
- Harcup, T. (2005). “I’m doing this to change the world”: journalism in alternative and mainstream media. *Journalism Studies*, 6(3), 361-374. DOI: 10.1080/14616700500132016
- Harlow, S. (2015). Losing focus: goal displacement at an alternative newspaper in El Salvador. *Media Culture & Society*, 37(8), 1119-1137. DOI: 10.1177/0163443715591665
- Harlow, S. & Salaverría, R. (2016). Regenerating journalism. *Digital Journalism*, 4, 1001-1019. DOI: 10.1080/21670811.2015.1135752
- Lopes, F. (2015). *Jornalista: profissão ameaçada*. Lisboa: Aletheia.
- MacGregor, P., Balcytiene, W., Fortunati, L., Nuust, V., O’Sullivan, J., Roussou, N., Salaverría, R. & Sarrica, M. (2011). A cross-regional comparison of selected European newspaper journalists and their evolving attitudes towards the internet - including a single-country focus on the UK. *Journalism*, 12(5), 627-646. DOI: 10.1177/1464884910388231
- McQuail, D. (2010). *Mass communication theory*. Nova Iorque: Sage.
- Miége, B. (2009). *A sociedade tecida pela comunicação - técnicas da informação e da comunicação entre inovação e enraizamento social*. São Paulo: Paulus.
- Peruzzo, C. M. K. (2008). Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados: reelaboraões no setor. *Palavra Clave*, 11(2). Retirado de <http://palavraclave.unisabana.edu.co/index.php/palavraclave/article/view/1503/1744>
- Rosanvallon, P. (2008). *Counter democracy: politics in an age of distrust*. Cambridge, Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Sodré, M. (2014). O jornalismo como campo de pesquisa. *Brazilian Journalism Research*, 11(2), 124-133. DOI: 10.25200/BJR.v6n2.2010.13
- Sousa, J. P. (2002). Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>

- Sponholz, L. (2003). Objetividade em jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. *Famecos*(21), 110-120. DOI: 10.15448/1980-3729.2003.21.3219
- Traquina, N. (2012). *Teorias do jornalismo*. Florianópolis: Insular.
- Verón, E. (2014). Teoria da midiaticização: uma perspectiva semiantropológica e algumas de suas consequências. *Matrizes*, 8(1), 13-19. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v8i1p13-19
- Zelizer, B. (2014). O que fazer com o jornalismo. *Brazilian Journalism Research*, 11(2). DOI: 10.25200/BJR.v11n2.2014.737

Citação:

Fernandes, K. B. (2018). Do jornalismo profissional ao alternativo: apontamentos sobre os valores que orientam a produção da informação. In M. Oliveira & S. L. Évora (Eds.), *Livro de atas do XII Congresso da Lusocom – Cibercultura, regulação mediática e cooperação* (pp. 266-278). Braga: CECS.